

Processo Administrativo n.º 2020009315

Apenso n.º 2019013099

Apenso n.º 2020012500

Apenso n.º 2020012683

Ilmo. Senhor
Angelo Alberto Barcarolo,
Diretor-Presidente do SAMA E.

**JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO
CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 006/2020**

OBJETO: contratação de empresa para implantação de canalização pluvial na Rua Ministro Toledo e outras, bairro São Pelegrino, com extensão total de 611 (seiscentos e onze) metros, conforme Termo de Referência – Anexo VII.

ANÁLISE DO RECURSO ADMINISTRATIVO

Trata-se de recursos administrativos, tempestivamente interpostos pelas proponentes AVENSI CONSTRUTORA LTDA. e RGS ENGENHARIA S.A. através dos processos administrativos n.º 2020012500 e n.º 2020012683, respectivamente, com base na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

Cumpridas as formalidades legais, registre-se que os recursos foram devidamente juntados em apenso ao processo.

DAS ALEGAÇÕES DA RECORRENTE AVENSI CONSTRUTORA Ltda. (PAD 2020012500)

A RECORRENTE interpôs recurso contra a decisão da Comissão de Licitação, que a inabilitou no certame, alegando que:

A RECORRENTE alega que apresentou a Certidão Negativa de Falência e Concordata com data de pouco mais de trinta dias, por interferência da Pandemia, uma vez que a retirada desta

certidão é no Fórum que se encontra fechado, sendo solicitada através de contato telefônico e enviada posteriormente por e-mail. Informa que só recebeu a referida certidão atualizada no dia do certame, que está anexa ao seu processo, e solicita que seja incluída em seus documentos, através deste recurso, em função desta Pandemia, e com fim de dar mais competitividade nesta licitação.

REQUER, portanto, a sua habilitação no certame.

O recurso administrativo protocolado pela recorrente cumpriu as formalidades legais ditadas no ato convocatório.

DAS ALEGAÇÕES DA RECORRENTE RGS ENGENHARIA S.A. (PAD 2020012683)

A RECORRENTE interpôs recurso contra a decisão da Comissão de Licitação, que a inabilitou no certame, alegando que a decisão não contou com a análise adequada dos documentos apresentados, em especial o atestado emitido pelo DNIT, contrato 14.1.0.00.1014.2010, onde constam as siglas utilizadas para Bueiro Simples Tubular de Concreto (BSTC), Bueiro Duplo Tubular de Concreto (BDTC), Bueiro Triplo Tubular de Concreto (BTTC), com quantitativo total de 658,11 metros, superior à exigência do SAMA E.

Ainda, alega a recorrente que a Comissão de Licitações não fundamentou sua decisão, violando os princípios da ampla defesa e do contraditório, por não apontar o motivo pelo qual não foram considerados os atestados apresentados e que Comissão tem o dever de promover diligências para sanar tais dúvidas, não sendo admissível a inabilitação sumária da recorrente.

O recurso administrativo protocolado pela recorrente cumpriu as formalidades legais ditadas no ato convocatório.

REQUER, portanto, a reforma da decisão, sendo habilitada para prosseguir no certame.



DA ANÁLISE POR PARTE DA COMISSÃO PERMANENTE PARA RECEPÇÃO DE LICITAÇÕES NAS MODALIDADES DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA, TOMADA DE PREÇOS E CONVITE

Primeiramente, cumpre-se designar que a análise e a manifestação foram efetuadas considerando a vinculação ao instrumento convocatório e o princípio da isonomia, posto que o Edital é o princípio básico de toda licitação.

A Comissão inabilitou a recorrente **Avensi Construtora Ltda.** pelo não atendimento ao disposto no subitem 8.9, inciso I, pois a certidão apresentada foi expedida em 28 de maio de 2020, ou seja, 55 dias contados da data de abertura desta licitação. Quanto à exigência do prazo de validade da Certidão Negativa de Falência, Concordata, Recuperação Judicial e Extrajudicial, o Edital é claro na obrigatoriedade da apresentação para comprovação da Qualificação Econômico-Financeira, com data de expedição não superior a 30 (trinta) dias da data de abertura do certame:

8.9. Qualificação Econômico-Financeira

Os documentos a serem apresentados, obrigatoriamente, para comprovação da Qualificação Econômico-Financeira, são:

I. certidão negativa de falência, concordata, recuperação judicial e extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida pelo distribuidor do domicílio da pessoa jurídica, em vigor. As certidões que não expressarem o prazo de validade deverão ter data de expedição não superior a 30 (trinta) dias da data de abertura desta Licitação. Entende-se como sede da pessoa jurídica a matriz do estabelecimento. (grifo nosso)

Já a inclusão de novo documento, enviado durante o prazo recursal, é vedada conforme previsão Editalícia:

18.14. É facultada ao Presidente ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência, destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou de informação que deveria constar no ato da sessão pública, ressalvada a previsão do parágrafo 1º, do artigo 43, da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações. (grifo nosso)

A recorrente alega que, em função da pandemia que assola o país, a retirada da certidão negativa de falência, concordata, recuperação judicial e extrajudicial não foi possível pois o Fórum da sede da recorrente se encontra fechado. Entretanto, no mesmo dia da realização do certame, a recorrente, após inabilitada por apresentar documento em desacordo com o estabelecido no Edital, emite novo documento e o apresenta em seu recurso, prática vedada legalmente. Ora, não se trata de justificativa plausível ter apresentado documento vencido, em

função do Fórum estar fechado, já que conseguiu o novo documento no mesmo dia, após findo o certame.

Portanto, a recorrente, ao apresentar documento com validade vencida, deixou de cumprir com as normas editalícias, ferindo o princípio da vinculação ao ato convocatório.

A Comissão inabilitou a recorrente RGS Engenharia S/A pela não comprovação do subitem 8.10, incisos II e III, alínea "a", item 2, com diâmetro mínimo de 1.000mm e quantidade mínima de 250 metros, conforme registro na ata da sessão pública n.º 068/2020.

A inabilitação, pelo não atendimento ao subitem 8.10, incisos II e III, alínea "a", item 2 do Edital se deu após análise técnica de representante da Divisão de Planejamento Integrado do SAMAEC, que considerou que os atestados não apresentavam a documentação adequada.

A Comissão oportunizou ao representante da empresa presente que se manifestasse sobre a decisão; no entanto, o representante presente não fez manifestação acerca dos itens do atestado e, apenas, solicitou o prazo de recurso.

Não conta com verdade a alegação da recorrente de que a Comissão não fundamentou sua decisão, violando os princípios da ampla defesa e do contraditório. Está claro na ata da sessão quais os fundamentos que não foram cumpridos pela recorrente, sem que houvesse manifestação de seu representante presente.

A Comissão também registra que a proponente RGS Engenharia S.A. não comprovou o subitem 8.10, incisos II e III, alínea "a", item 2, com diâmetro mínimo de 1.000mm e quantidade mínima de 250 metros. A Comissão decide pela inabilitação das proponentes RGS Engenharia S.A. e Avensi Construtora Ltda. pelos motivos expostos acima (...)

Com relação à promoção de diligências, a Comissão tentou, através do representante presente, obter as informações necessárias. Mas, como já mencionado, o representante preferiu requerer o prazo para recurso administrativo, ao invés de esclarecer a questão com a Comissão.

Com referência às siglas apresentadas no Atestado, são, de fato, siglas usuais em obras de drenagem de rodovias e não habituais nos empreendimentos executados pela Autarquia; por esse motivo a comissão pode ter feito indevido julgamento em sua análise, que, diga-se novamente, não foi questionado pelo representante presente, o que poderia ter sido

solucionado na sessão do certame. Quanto à quantidade mínima exigida, esta também foi atendida pelos itens do atestado.

Assim se manifesta o Engenheiro Civil da Autarquia, Sr. Leonério de Castilhos:

Referente ao recurso administrativo, tempestivamente interposto pela proponente RGS ENGENHARIA S.A., através do processo administrativo n.º 2020012683, avaliando as argumentações da candidata, entendemos que ocorreu um equívoco na análise dos documentos referentes a habilitação técnica.

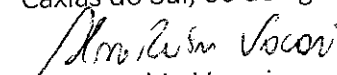
O equívoco se deu pois o atestado apresentado pela proponente apresentava uma lista de serviços realizados cuja descrição era "Corpo BSTC" que significa Bueiro Simples Tubular de Concreto, nomenclatura esta utilizada para obras de drenagens de rodovias, as quais os técnicos do SAMA E não estão muito familiarizados, sendo que habitualmente tratamos de obra de saneamento e as tubulações neste caso recebem outras nomenclaturas.

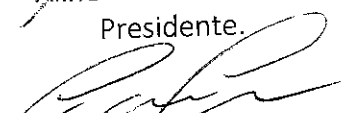
Salientamos que este equívoco poderia ter sido reparado pelo representante da empresa RGS no ato da divulgação da análise da comissão, e neste caso entendemos que através deste recurso a decisão de inabilitação por este quesito pode ser revogada.


Revendo o ato recorrido a comissão decide pelo conhecimento dos recursos, visto suas tempestividades e, no mérito, para a proponente AVENSI CONSTRUTORA LTDA., negar-lhe provimento, mantendo sua inabilitação, e, para a proponente RGS ENGENHARIA S/A, o acolhimento do recurso apresentado, tornando-a habilitada a prosseguir no certame, pelas razões acima apresentadas.

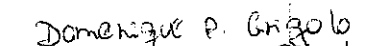
À consideração superior para que revise o ato recorrido e, a seu critério, após ouvida a Assessoria Jurídica da Autarquia, mantenha ou mude a decisão da Comissão.

Caxias do Sul, 06 de agosto de 2020.


Aline P. Rubin Vacari,
Presidente.


César Augusto Casa,
Vogal.


Leonério de Castilhos,
Vogal.


Domenique P. Grigolo,
Secretária.